

**SEXTO EMPÍRICO SOBRE OS ‘SUBJACENTES/SUBSTRATOS’:
PARA ENTENDER MELHOR A PRESENÇA ANTITÉTICA DE
ARISTÓTELES NA FILOSOFIA SEXTIANA DA LINGUAGEM**

Rodrigo Pinto de Brito

UFRRJ

Email: www.rodrigobrito@gmail.com

Resumo: O presente artigo propõe uma investigação sobre os conceitos de *ὑπάρχον* e de *ὑποκείμενον*, recorrentes em toda a obra sextiana, notadamente em P.H. I. Divergindo de tradutores que fazem parecer que os conceitos são irrelevantes, para nós eles são indícios de uma querela sextiana contra uma espécie de aristotelismo linguístico que se remete à *Categorias* e sua recepção crítica. Assim, elucidando o papel dos conceitos de *ὑπάρχον* e de *ὑποκείμενον* P.H. I, podemos também entrever como Sexto qualifica a concepção céptica de linguagem, em oposição à concepção aristotélica.

Palavras-chave: Sexto Empírico; Aristóteles; *ὑπάρχον*; *ὑποκείμενον*; linguagem.

Abstract: In this paper we propose an investigation on two quite iterant concepts present in Sextus Empíricus' works: *ὑπάρχον* and *ὑποκείμενον*. We disagree with translators who propose translations in which these two concepts may look irrelevant, since for us the concepts are clues for rebuilding a Sextan quarrel against a kind of linguistic Aristotelianism which can be traced back to the *Categories* and its critical reception. Thus, by clarifying the role of the concepts in P.H. I, we are also able to glimpse the way Sextus qualifies his Sceptical conception of language, as opposed to the Aristotelian one.

Keywords: Sextus Empíricus; Aristotle; *ὑπάρχον*; *ὑποκείμενον*; language.

1

Curiosamente, com certa e incômoda frequência, os tradutores “atropelam” os usos sextianos de *ὑπάρχον* e de *ὑποκείμενον*, traduzindo-os como se não fossem vocabulários específicos ou conceitos, gerando mal-entendidos. Por exemplo, a versão de Bury para o começo de PH I, 14¹:

Moreover, even in the act of enunciating the Sceptic formulae concerning things non-evident – such as the formula “No more (one thing than another)”, or the formula “I determine nothing”, or any of the others which we shall presently mention, – he does not dogmatize. For whereas the dogmatizer posits the things about which he is said to be dogmatizing as

1 “ἀλλ’ οὐδὲ ἐν τῷ προφέρεσθαι περὶ τῶν ἀδήλων ἅς σκεπτικὰς φωνάς, οἷον τὴν ‘οὐδὲν μᾶλλον’ ἢ τὴν ‘οὐδὲν ὀρίζω’ ἢ τινὰ τῶν ἄλλων περὶ ὧν ὕστερον λέξομεν δογματίζει. ὁ μὲν γὰρ δογματίζων ὡς ὑπάρχον τίθεται τὸ πρᾶγμα ἐκεῖνο ὃ λέγεται δογματίζειν, ὁ δὲ σκεπτικὸς τὰς φωνὰς τίθησι ταύτας οὐχ ὡς πάντως ὑπαρχούσας.”

really existent, the Sceptic posit these formulae in any absolute sense. (Grifo nosso)².

Ou a de Annas e Barnes:

Not even in uttering the Sceptical phrases about unclear matters – for example, ‘In no way more’, or ‘I determine nothing’, or one of the other phrases which we shall later discuss – do they hold beliefs. For if you hold beliefs, then you posit as real the things you are said to hold beliefs about; but Sceptics posit these phrases not as necessarily being real. (Grifos nossos)³.

Numa rápida olhada, leitores capazes de compreender o texto de PH I, 14 em grego logo perceberão que, de modo geral, a tradução de Bury, comparada com a de Annas & Barnes, é pior, por ser menos fluida. Em seguida, talvez notem a bizarra escolha de Bury de “formulae” para verter “φωνάς”. Por outro lado, salta aos olhos a escolha de Annas & Barnes de “unclear matters” para verter “ἀδήλων”, quando a tradução por “non-evidents” já é consagrada. Mas sobretudo, enfatizamos, em ambos os casos há a escolha de “real” ou “really existent” para verter ὑπάρχον e ὑπαρχούσας, e essa escolha não é somente estranha, é equivocada e perigosa, por potencialmente desencadear equívocos também aos leitores, pois faz parecer que Sexto e os demais pirrônicos enveredavam por disputas argumentativas sobre a realidade/irrealidade de objetos do mundo, e quicá sobre a totalidade dos objetos (i.e. sobre o conjunto “mundo”), fazendo assim do pirronismo uma espécie de antirrealismo *avant la lettre*. E aí, caso de fato fosse um antirrealismo, as críticas de Moore e de Wittgenstein⁴ tanto contra Descartes quanto contra os idealistas serviriam também contra o pirronismo. Mas não servem.

Se “real” ou “really existent” fornecem pistas falsas, e se como já vimos no caso dos estoicos e da medicina galênica poderíamos traduzir tranquilamente o ὑπάρχον por “subsistente/subjacente” (assim como o vocábulo ὑποκείμενον, que Sexto usa alternadamente com ὑπάρχον), essa nossa escolha de tradução fica ainda mais bem fundamentada se dermos uma olhada em Aristóteles, que, além disso, nos fornecerá subsídios melhores para entendermos ainda mais o conceito de dogmático/dogmatismo.

Pois bem, leitores familiarizados com textos aristotélicos hão de se recordar das ocasiões em que tradutores fazem o estagirita falar em “imanente” e em “substrato”. Salvo raras exceções, essa escolha serve para verter o par ὑπάρχον e ὑποκείμενον. Mas, para sabermos o significado desses conceitos em Aristóteles, talvez o *locus* clássico fosse *Met. Δ* – passo inicial para investigações das definições aristotélicas, pois é uma espécie de glossário que o estagirita nos fornece. Contudo, decepcionantemente, não há lá entradas para o supramencionado par de conceitos. Então, para compreendermos estes conceitos e seu papel na filosofia dogmático-aristotélica, devemos recorrer à sua clássica definição de οὐσία/“substância”. Vejamos assim o que Aristóteles tem a nos dizer sobre “substância” na *Metafísica*, primeiro em Δ (seguimos a versão de Reale)⁵:

2 BURY, 2006.

3 ANNAS & BARNES, 2000.

4 Cf.: MOORE, 1985; WITTGENSTEIN, 2020.

5 O texto grego é: “οὐσία λέγεται τὰ τε ἀπλᾶ σώματα, οἷον γῆ καὶ πῦρ καὶ ὕδωρ καὶ ὅσα τοιαῦτα, καὶ ὅλως σώματα καὶ τὰ ἐκ τούτων συνεστῶτα ζῷα τε καὶ δαιμόνια καὶ τὰ μόρια τούτων: ἅπαντα δὲ ταῦτα λέγεται οὐσία ὅτι οὐ καθ’ ὑποκειμένου λέγεται ἀλλὰ κατὰ τούτων τὰ ἄλλα. ἄλλον δὲ [15] τρόπον ὃ ἂν ᾗ αἴτιον τοῦ εἶναι, ἐνυπάρχον ἐν τοῖς τοιούτοις ὅσα μὴ λέγεται καθ’ ὑποκειμένου, οἷον

Substância, em certo sentido, se diz dos corpos simples: por exemplo, o fogo, a terra, a água e todos os corpos como estes; e, em geral, todos os corpos e as coisas compostas a partir deles, como os animais e os seres divinos e suas partes. Todas essas coisas são ditas substâncias porque não são predicadas de um substrato, mas tudo o mais é predicado delas.

Noutro sentido, substância é o que é imanente às coisas que não se predicam de um substrato e que é causa de seu ser: por exemplo, a alma nos animais.

Ademais, substâncias são ditas também as partes imanentes a essas coisas, que delimitam essas mesmas coisas e exprimem algo determinado, cuja eliminação comportaria a eliminação do todo. Por exemplo, se fosse eliminada a superfície – segundo alguns filósofos – seria eliminado o corpo, e se fosse eliminada a linha, seria eliminada a superfície. Em geral, esses filósofos consideram que o número é uma realidade desse tipo e que é determinante de tudo, porque se fosse eliminado o número, não restaria mais nada.

Além disso, chama-se substância de cada coisa também a essência, cuja noção define a coisa.

Segue-se daí que a substância se entende segundo dois significados: o que é substrato último, o qual não é predicado de outra coisa, e aquilo que, sendo algo determinado, pode também ser separável, como a estrutura e a forma de cada coisa. (Met. Δ, 1017b, 10- 25. Grifos nossos).

Da passagem acima podemos logo perceber que os conceitos do par *ὑπάρχον* e *ὑποκείμενον* foram traduzidos respectivamente por “imanente” e “substrato”, ambos vocábulos cruciais na definição aristotélica de “substância”, que pode ser entendida de quatro modos: (1) corpos simples, e corpos compostos em geral, não sendo derivadas (predicadas, ou categorias) de um substrato/ *ὑποκείμενον*; (2) algo imanente/*ὑπάρχον*, também impredicável, sendo um substrato/*ὑποκείμενον* que é causa do ser; (3) parte imanente/*ὑπάρχον* às coisas e que as determinam, de modo

ἡ ψυχὴ τῷ ζῳῳ. ἔτι ὅσα μόρια ἐνυπάρχοντά ἐστιν ἐν τοῖς τοιούτοις ὀρίζοντά τε καὶ τόδε τι σημαίνοντα, ὧν ἀναιρουμένων ἀναιρεῖται τὸ ὅλον, οἷον ἐπιπέδου σώμα, ὥς φασί τινες, καὶ ἐπίπεδον [20] γραμμῆς; καὶ ὅλως ὁ ἀριθμὸς δοκεῖ εἶναι πσι τοιοῦτος (ἀναιρουμένου τε γὰρ οὐδὲν εἶναι, καὶ ὀρίζειν πάντα: ἔτι τὸ τί ἦν εἶναι, οὗ ὁ λόγος ὀρισμός, καὶ τοῦτο οὐσία λέγεται ἐκάστου. συμβαίνει δὴ κατὰ δύο τρόπους τὴν οὐσίαν λέγεσθαι, τὸ θ' ὑποκείμενον ἔσχατον, ὃ μὴκέτι κατ' ἄλλου λέγεται, καὶ ὃ [25] ἂν τόδε τι ὄν καὶ χωριστὸν ᾗ: τοιοῦτον δὲ ἐκάστου ἡ μορφή καὶ τὸ εἶδος.” Compare a versão de Reale com a de *Aristotle in 23 Volumes, translated by Hugh Tredennick*: ““Substance” means (a) simple bodies, e.g. earth, fire, water and the like; and in general bodies, and the things, animal or divine, including their parts, which are composed of bodies. All these are called substances because they are not predicated of any substrate, but other things are predicated of them.(b) In another sense, whatever, being immanent in such things as are not predicated of a substrate, is the cause of their being; as, e.g., the soul is the cause of being for the animal.(c) All parts immanent in things which define and indicate their individuality, and whose destruction causes the destruction of the whole; as, e.g., the plane is essential to the body (as some-hold) and the line to the plane. [20] And number in general is thought by some-to be of this nature, on the ground that if it is abolished nothing exists, and that it determines everything.(d) Again, the **essence**, whose formula is the definition, is also called the substance of each particular thing. Thus it follows that “substance” has two senses: the ultimate subject, which cannot be further predicated of something else; and whatever has an individual and separate existence. The shape and form of each particular thing is of this nature” (o grifo é nosso).

que, retirada a parte, a coisa deixa de existir; (4) essência, “cuja noção define a coisa”. Por sua vez, estes quatro entendimentos podem ser agrupados em dois conjuntos: (a) o do substrato derradeiro, impredicável; (b) algo determinado e separável, do ponto de vista hilemórfico.

Mas em Met. Δ, 1017b, 10- 25 Aristóteles nos fornece definições do conceito de οὐσία, articulando-o com os conceitos de ὑπάρχον e ὑποκείμενον, porém sem explicá-los ou esclarecê-los. Desse modo, se quisermos de fato compreender os conceitos e como se articulam, para além de obtermos definições, devemos dar um salto, saindo de Met. Δ para Z.

Met. Z é quase unanimemente considerado um dos livros mais difíceis de toda a Metafísica, quiçá o mais difícil (talvez ao lato de H)⁶, sendo o núcleo duro da ontologia aristotélica, ou ao menos de sua versão mais madura, como veremos. Assim, o objetivo do estagirita ali é avançar seu argumento no sentido de determinar as quatro causas primeiras do ser/ente enquanto ser/ente. Mas o ser/ente pode ser dito de diferentes modos, o que faz urgir a determinação destes modos, para que se possa, por seu turno, entender as causas. Assim, se há muitos modos de se dizer o ser/ente, o primeiro deles é *qua* substância/οὐσία. Donde a metafísica ter por tarefa precípua a busca pelas causas primeiras da substância.

Ora, parafraseando Aristóteles, se o ser se diz de muitos modos e se o seu primeiro significado é “algo que é e *um certo este*”/καὶ τόδε τι⁷ e se isto é a substância/οὐσία, então podemos inferir que esta é “algo que diz que coisa é uma coisa, (...) sua essência e, ao mesmo tempo, é alguma coisa determinada, é algo, é uma coisa em si, não é propriedade de outro, acidente de outro, ação, paixão realizada por outro, é, em suma, uma realidade que existe em si” (BERTI, 2012, p. 89. Os grifos são nossos). E é precisamente esta certeza da possibilidade de se conhecer algo tal como uma coisa em si que Sexto qualifica como um comportamento epistemicamente dogmático, e sua parte complementar, a afirmação ou postulação (asserção, em suma) de o que seria tal coisa em si, ele qualifica como um comportamento linguisticamente dogmático. Ao fim e ao cabo, os aristotélicos, do dogmatismo epistêmico, avançam ao dogmatismo linguístico, e daí curvam-se diante de um sistema que contém tais dogmatismos como molas mestras, uma espécie de visão de mundo centrada em uma metafísica que postula objetos não-evidentes e requer dos adeptos a subserviência cognitivo/linguística de quem assere a partir de postulados.

Se a argumentação acima não basta para entender-se o significado de “dogmático” quando aplicado à pessoa de Aristóteles, ainda em Met. Z há uma passagem em que o próprio estagirita porta-se como exemplo paradigmático do que seria um dogmático essencialista e metafísico: “E na verdade, o que desde os tempos antigos, assim como agora e sempre, constitui o eterno objeto de pesquisa e o eterno problema: ‘que é o ser’, equivale a este: que é a substância...” (Met. Z. 1028b. 2) – e talvez aqui os leitores estejam se perguntando como poderia ser qualificado de

6 Daí precisarmos de um mapa: BURNYEAT, 2001.

7 Berti (2012, p. 88-89) afirma que a expressão “τόδε τι” foi cunhada por Aristóteles. A passagem da metafísica que estamos comentando é Aristot. Met. 7.1028a, que citamos: “τὸ ὄν λέγεται πολλαχῶς, καθάπερ διειλόμεθα πρότερον ἐν τοῖς περὶ τοῦ ποσυχῶς· σημαίνει γὰρ τὸ μὲν τί ἐστι καὶ τόδε τι, τὸ δὲ ποῖον ἢ ποσὸν ἢ τῶν ἄλλων ἕκαστον τῶν οὕτω κατηγορουμένων. τοσαυταχῶς δὲ λεγόμενου τοῦ ὄντος φανερόν ὅτι τούτων πρῶτον ὄν τὸ τί ἐστιν, ὅπερ σημαίνει [15] τὴν οὐσίαν (ὅταν μὲν γὰρ εἴπωμεν ποῖόν τι τόδε, ἢ ἀγαθὸν λέγομεν ἢ κακόν, ἀλλ’ οὐ τρίπληχυν ἢ ἄνθρωπον· ὅταν δὲ τί ἐστιν, οὐ λευκὸν οὐδὲ θερμὸν οὐδὲ τρίπληχυν, ἀλλὰ ἄνθρωπον ἢ θεόν) , τὰ δ’ ἄλλα λέγεται ὄντα τῷ τοῦ οὕτως ὄντος τὰ μὲν ποσότητες εἶναι, τὰ δὲ ποιότητες, τὰ δὲ πάθη, τὰ δὲ [20] ἄλλο τι.”

dogmático alguém que afirma que uma questão X, especialmente em metafísica, está eternamente aberta e é eternamente problemática, ainda mais considerando que o próprio Sexto parece qualificar o cético justamente como alguém que está sempre a buscar. Pois bem, se os leitores estiverem se perguntando isso estarão levantando uma questão legítima. Mas não perceberam um fato simples: a tradução acima, de Reale, está errada (como já notou Berti, 2012, p. 90, 91).

Vejamos então o texto original: “καὶ δὴ καὶ τὸ πάλαι τε καὶ νῦν καὶ ἀεὶ ζητούμενον καὶ ἀεὶ ἀπορούμενον, τί τὸ ὄν, τοῦτό ἐστι τίς ἢ οὐσία...” (Met. Z. 1028b. 2, grifos nossos). Aqui Aristóteles não está dizendo, como Reale nos dá equivocadamente a entender, que a questão “o que é o ser?” será eternamente alvo de investigação/ζήτησις e de problematização/ἀπορία. Se este fosse o caso, Aristóteles estaria realmente assumindo o caráter inconclusivo e problemático das investigações metafísicas e se portando como um cético, que de tanto investigar e problematizar pode também ser chamado de ζητητικός e de ἀπορητικός (cf. PH I, 7). Mas, ao contrário disso, o que Aristóteles está dizendo é que “De fato, tanto no passado quanto também agora, sempre/ἀεὶ se investiga/ζητούμενον (= ζητέω no particípio presente médio-passivo, acusativo singular) e sempre se problematiza (= ἀπορέω no particípio presente médio-passivo, acusativo singular) o que é o ser, que é o mesmo que o que é a substância...”. Ou seja, Aristóteles não está dizendo que a essência/substância é alvo de contínua busca nem de contínua problematização, e consequentemente, ele não está dizendo que no futuro o problema e a investigação provavelmente continuarão existindo. O que ele diz é que tanto no passado, quanto em seu próprio presente, a investigação e o problema ficaram em aberto, mas isso não significa que continuarão assim, pelo contrário, pois ele próprio pretende resolver de uma vez por todas os problemas e cessar todas as investigações, pois ele de fato se propõe a responder definitivamente o que é a substância em Met. Z e nos livros subsequentes. Com Sexto, podemos dizer que, no que tange ao problema da substância, o estagirita literalmente “assume como subsistente a coisa sobre a qual se diz dogmatizar” (= “ὡς ὑπάρχον τίθεται τὸ πρᾶγμα ἐκεῖνο ὃ λέγεται δογματίζειν”. PH I, 14).

Agora, após este excursus sobre a atitude dogmática de Aristóteles acerca do conceito de “substância”, voltando aos termos ὑπάρχον e ὑποκείμενον, para defini-los fomos levados à Met. Δ. Depois, para compreendê-los, à Met. Z. Percebemos que ambos os vocábulos estão associados ao conceito de οὐσία e então vinculam-se à ontologia aristotélica. E, em se tratando de ontologia, mencionamos acima que em Met. Z ela ocorre em uma versão madura, mas o *status quaestionis* sobre isso é tão repleto de divergências que nem mesmo sobre isso há ponto pacífico. Vejamos o que Angioni tem a nos dizer sobre o assunto:

A maior parte das interpretações recentes entende *Metafísica* ZH como um “acerto de contas” com a ontologia menos elaborada que Aristóteles propôs nas *Categorias*, obra que, segundo a opinião aceita de modo quase unânime, teria sido composta pelo jovem Aristóteles (...) No entanto, ao escrever a *Metafísica*, Aristóteles teria notado que a ontologia das *Categorias* seria insatisfatória e exigiria vários aprimoramentos ou retificações (...) Talvez esta seja a opinião mais unanimemente aceita entre os intérpretes: o indivíduo das *Categorias* passa a ser, na *Metafísica*, analisado em termos de matéria e forma e, por isso, perde o título de subjacente último e, consequentemente, o de substância primeira (...) No entanto, todas essas interpretações se fundam em uma suposição comum: a de que seria conceitualmente possível, bem como filosoficamente interessante, propor uma disputa na qual concorreriam entre si os indivíduos (isto é, as substâncias compostas tomadas como indivíduos) e, de outro lado, suas formas. Essa questão, no entanto, soa-nos como um

erro categorial, pois propõe uma *paragone* (ou um *âgon*) entre dois itens que parecem responder a problemas filosóficos bem distintos (...) na literatura recente, Wedin deu-se conta do problema, com muita pertinácia. Em *Categorias*, Aristóteles está interessado em encontrar as entidades mais básicas de sua ontologia, entendida como uma lista meramente *descritiva* daquilo que está dado no mundo. Em *Metafísica* ZH, no entanto, Aristóteles está interessado em discernir as *causas* que explicam essas entidades mais básicas, e os dois interesses, longe de serem incompatíveis entre si, longe de se sobreporem ou de se anularem reciprocamente, são perfeitamente complementares. (ANGIONI, 2008, p. 11-14).

Concordamos com Angioni aqui quanto à complementaridade das ontologias de *Met.* e de *Cat.* Portanto, tomaremos como pressuposto que se, por um lado, ao tratar de *ὕπαρχον* e de *ὑποκείμενον* em *Met.* o estagirita está interessado em compreender as causas da *οὐσία*, por outro lado, ao tratar de *ὕπαρχον* e de *ὑποκείμενον* em *Cat.* ele está interessado em fornecer uma lista descritiva de um possível estado de coisas. Por conseguinte, se a atitude aristotélica face às investigações metafísicas é dogmática (em específico no que diz respeito ao binômio *ὕπαρχον* e *ὑποκείμενον*) e se há complementariedade ontológica entre *Met.* e *Cat.*, também é dogmática a atitude aristotélica face às investigações linguísticas em *Cat.* (e novamente, em específico no que diz respeito ao binômio *ὕπαρχον* e *ὑποκείμενον*).

Tendo isso em vista, podemos agora nos debruçar sobre a relevância do par *ὕπαρχον* e *ὑποκείμενον* em *Cat.* Assim poderemos pensar a filosofia aristotélica da linguagem enquanto filosofia dogmática da linguagem, e o que significaria uma filosofia cética da linguagem, por antítese.

II

Sabemos que o estagirita dedicou-se a inúmeros temas, desde os metafísicos até a taxonomia dos seres vivos, passando pelos céus, “eventos climáticos” e etc. Quanto à linguagem, suas reflexões aparecem em vários tratados e, a depender do enfoque, a ênfase recai ou sobre os dispositivos intelectuais que tornam os humanos capazes de significação (in *Da Alma*), ou sobre a importância da comunicação para a vida em sociedade (in *Política*) ou sobre a relação entre a linguagem e os ofícios (in *Poética; Retórica*), por exemplo⁸. Mas, não obstante a multiplicidades de enfoques possíveis sobre a questão da linguagem nas obras de Aristóteles, nossa preocupação agora é com como ele pensava sua estrutura, ou seja, sua teoria da predicação. Isso nos revelará, neste aspecto, a como ele pensava sua função, seus limites e possibilidades.

Então, passando à *Categorias*, após a célebre introdução em que o estagirita delimita os conceitos de “homônimo”, de “sinônimo” e de “parônimo” (*Cat.* 1a 1-15), ele passa a ocupar-se da diferenciação entre as coisas que podem ser ditas de modo complexo ou por combinação (*κατὰ συμπλοκήν*) e as que podem ser ditas de modo simples, sem complexão ou combinação (*τὰ μὲν οὖν κατὰ συμπλοκήν*, in: *Cat.* 1a 16-19). Coisas ditas por complexão ou combinação são necessariamente frases, como: “homem corre”, “homem vence”; ou seja, sentenças com a estrutura “S P”. E vale aqui lembrar que esta estrutura é redutível à “S é P”. Pois, por exemplo, “homem corre” é igual a “um/o homem é corredor”, e “homem vence” é igual a

8 Ver: NEVES, 2004.

“um/o homem é vencedor”. É que, como nos explica Angioni, sobre a redutibilidade da estrutura “S P” em “S é P”:

A estrutura básica da predicação, tal como proposta por Aristóteles, constitui-se de três elementos mínimos: dois termos (sendo um deles o *sujeito* e o outro, o *predicado*) e o operador copulativo. À primeira vista, a leitura apressada de alguns textos (sobretudo *Da interpretação* 3) daria a entender que Aristóteles admitiria uma forma ainda mais primitiva, reduzida apenas a um nome, como termo-sujeito, e um verbo como termo-predicado – por exemplo, “Sócrates corre”. No entanto (...), essa forma, ainda que seja a mais comum na linguagem ordinária, não reflete a estrutura básica da predicação, que se constitui exatamente por uma operação de composição (sinalizada pelos operadores copulativos) entre dois termos, o sujeito (por assim dizer, o *assunto* sobre o qual se pretende falar) e o predicado (aquilo que propõe sobre o assunto previamente introduzido pelo termo sujeito). ANGIONI, 2009 p. 18-19.

Quanto a esta passagem, cumpre enfatizar duas coisas: 1- a linguagem cotidiana prefere (tanto hoje quanto na Grécia antiga, por exemplo), construir orações como “Fulano corre” ou “Fulano está correndo”, mas, do ponto de vista aristotélico, estas orações, para serem entendidas como predicações, devem ser reduzidas a “Fulano é corredor” porque a análise aristotélica da predicação requer “S é P”. Isso significa dizer que a análise aristotélica da predicação não anda em compasso com os usos ordinários da linguagem, mas os altera, “corrigindo-os” para torná-los compatíveis com os mecanismos analíticos empregados pela doutrina linguística aristotélica.

2- A estrutura “S é P” inclui proferimentos que parecem ser “S não é P”. Pois, por redutibilidade “S não é P” é igual a “S é não-P”. Assim, quando o acadêmico diz algo como “A verdade não é apreensível” (“S não é P”), isto é o mesmo que dizer que “A verdade é não-apreensível/inapreensível” (“S é não-P”). Como corolário, se pensarmos “S é P” como um juízo assertórico, então, por possuir a mesma estrutura, “S é não-P” também o será. Portanto, se tanto “S é P” quanto “S é não-P” são diferentes modos de se notar uma predicação, em sentido aristotélico, e se são, por conseguinte, assertóricos, e se assertóricos forem juízos dogmáticos por excelência, então, tanto quem faz asserções positivas (para Sexto: Aristóteles, estoicos e epicuristas, por exemplo) quanto quem faz negativas (para Sexto: os acadêmicos) dogmatiza.

Tendo deixado isso claro, voltemo-nos agora às coisas que são ditas sem complexão ou combinação (τὰ μὲν οὖν κατὰ συμπλοκήν). Em *Cat.* 1a 19 Aristóteles as exemplifica como: “homem, boi, corre, vence”, ou seja: nomes ou ações/estados simples, e há dez modos de se dizer as coisas sem combinação, que são as célebres dez categorias, introduzidas pela primeira vez em *Cat.* 1b 25:

Cada uma das coisas ditas sem nenhuma complexão/composição (κατὰ μηδεμίαν συμπλοκήν) significa ou substância/entidade (1- οὐσίαν), ou quantidade/quanto (2- ποσόν), ou qualidade/qual (3- ποιόν), ou relação/relativamente a algo (4- πρὸς τι), ou onde (5- ποῦ), ou quando (6- ποτὲ), ou estar em uma posição/jazer (7- κεῖσθαι), ou ter (8- ἔχειν), ou fazer (9- ποιεῖν), ou sofrer/padecer (10- πάσχειν). Numa palavra, substância é, por exemplo, homem, cavalo; e é quantidade, por exemplo, dois côvados, três côvados; e qualidade, por exemplo, branco e gramatical; e relação: metade, maior; e onde: no Liceu, na ágora; e quando: ontem, antes; estar em uma posição: está deitado, está sentado; e ter: está calçado, está armado; e fazer: por exemplo, cortar, queimar; e sofrer: ser cortado, ser queimado.

Cada uma dessas coisas já ditas, por si mesma, nada afirma, mas é pela complexão/composição delas entre si que acontece a afirmação. Com efeito, toda a afirmação parece ser verdadeira ou falsa; e, das coisas ditas sem complexão/composição, nenhuma é verdadeira ou falsa, por exemplo, homem, branco, corre, vence. (*Cat.* 1b 25- 2ª 4. Grifos nossos. Seguimos aqui a tradução de Teixeira da Mata, 2018. Contudo, ela nos parece defeituosa, especialmente no que diz respeito à escolha de “complexão” por *συμπλοκή*. Assim, optamos por também oferecer após “/” as alternativas presentes na versão de Coelho, 2014⁹).

Entendamos, resumindo:

1- Aristóteles divide os proferimentos – ou coisas que são ditas – em dois tipos: com ou sem composição/cominação:

a- com combinação são as sentenças, pois combinam diferentes categorias, primeiro a de substância/*οὐσία*, com uma das outras supramencionadas nove categorias, ligadas entre si por um verbo. Assim, a categoria de *οὐσία*, mais uma das outras nove, pode gerar uma sentença “S é P”, em que: 1- S = *οὐσία*, com função de sujeito/*ὑποκείμενον*; 2- o verbo/*ῥῆμα*, que faz a ligação do sujeito com o predicado e frequentemente pode ser reduzido ao verbo “ser”; 3- o predicado/*κατηγορία*, que são nove “modalizações” da substância que opera como sujeito numa sentença.

Cabe salientar também que, quando é possível de uma sentença reduzir “S é P” (algo que ocorre com bastante frequência), então tem-se uma sentença com valor de verdade embutido, constatativa, portanto. Voltaremos a isso futuramente. Quanto ao uso mais acima de *ὑποκείμενον* como sujeito, lembremo-nos da definição de *οὐσία* em *Met. Δ* (1017b, 10- 25) que comentamos mais acima, pois lá, embora o vocábulo ocorra traduzido como “substrato”, não como “sujeito”, a primeira definição de substância que há é a de “corpo simples ou composto a partir dos quais as categorias/predicados são derivados”. Acrescida pela segunda definição – “algo imanente/*ὑπάρχον* que não pode ser predicado” – a tradição, personificada aqui por Boécio, que indelevelmente marcou as interpretações de *Categorias* no medievo de expressão latina, interpretou *ὑποκείμενον* tanto como “substrato” quanto como “*subiecto*”, donde: “sujeito”.

Agora, voltando ao modo como Aristóteles divide os proferimentos, quanto às coisas ditas sem composição:

b- já sabemos que são meras palavras, sem um verbo que as ligue, não compondo assim uma sentença. Estas coisas, ou modos de se falar sobre a

9 Por seu turno, sintaticamente, Coelho não nos parece oferecer soluções descomplicadas o suficiente. Talvez, assim sendo, a tradução de Boécio (ca. 480 – ca. 525) ajude – e caso não ajude, ao menos ilustra a longa carreira da noção aristotélica da linguagem e sua influência sobre pensamento cristão medieval (sobre a qual, para mais, ver: ARENS, 1984, cobrindo, na verdade, até 1750): “Eorum quae secundum nullam complexionem dicuntur singulum aut substantiam significat aut quantitatem aut qualitatem aut ad aliquid aut ubi aut quando aut situm aut habitum aut facere aut pati. Est autem substantia quidem ut figuratim dicatur ut homo, equus; quantitas ut bicubitus, tricubitus; qualitas ut album; ad aliquid ut dulum, maius; ubi uero ut in Lycio; quando autem ut heri; situs uero ut sedet, iacet; habere autem ut calciatus, armatus; facere uero ut secare, urere; pati uero ut secari, uri.

Singula igitur eorum quae dicta sunt ipsa quidem secundum se in nulla affirmatione dicuntur, horum autem ad se inuicem complexione affirmatio fit. Videtur enim omnis affirmatio uel falsa esse uel uera; eorum autem quae secundum nullam complexionem dicuntur neque uerum quicquam neque falsum est, ut homo, album, currit” (COELHO, 2014, 49-51).

substância, são dez: a primeira é a própria substância, tratada como “coisa em si”, as outras são, lembremos: 2- quantidade, ou 3- qualidade, 4- relação, 5- onde, 6- quando, 7- estar em uma posição, 8- ter, 9- fazer, 10- padecer. Como veremos em outro momento, não é casual que Enesidemo de Cnossos tenha elaborado dez tropos ou modos de se argumentar pela relatividade de algo, aparentemente ele requalifica uma nuance do relativismo protagórico para atacar noções epistêmicas e ontológicas vinculadas a uma adesão às também dez categorias. Em Sexto, receptor não passivo da argumentação enesidemiana, os usos dos dez tropos vão além de invectivas ontoepistemológicas, mas passam a alvejar uma concepção de linguagem assertórica vinculada sobretudo a Aristóteles, ao menos no que tange aos dez tropos, como veremos futuramente.

Bem, tendo explicado a relevância dos conceitos de ὑπάρχον e ὑποκείμενον em Sexto e a necessidade de traduzi-los de modo a que fique claro seu vínculo com filosofemas a ele anteriores e que formavam parte do “clima de opinião” acerca da linguagem em sua época, devemos passar agora a maiores esclarecimentos sobre a estrutura “S é P” em Aristóteles *qua* constativa, pois assim a chamamos alhures.

III

Em Aristóteles, os enunciados predicativos (ou “categóricos” cuja estrutura é redutível a “S é P”) não são denominados por um único nome, podendo ser evocados por formas verbais, como *katêgoresthai* e *katêgorein*, ou por formas nominais, como *apophasis*, *protasis* e *kataphasis* (cf.: ANGIONI, 2009, p. 17).

Contudo, para cada um destes termos, há usos mais ou menos consagrados, recorrentes no próprio *corpus* aristotélico:

... esses mesmos termos, em outros contextos, são usados para designar outros conceitos. Assim, *katêgoresthai* às vezes parece designar uma relação mais complexa do que a mera predicação, e *katêgoria* adquiriu um sentido mais estrito, consagrado na tradição, o de *categoria*, isto é, os gêneros supremos do ser; *protasis*, nos contextos em que se opõe a *sumperasma* (conclusão), designa, mais particularmente, *premissa*; *kataphasis*, em seu uso mais apropriado, designa a *afirmação*, por oposição à *negação* (*apophasis*); a *symplokê* às vezes designa a conjunção de termos ou a conjunção de proposições. (ANGIONI, 2009, p. 17-18).

É assim que, dentre os possíveis candidatos à nomenclatura aristotélica de “enunciado predicativo”, a ἀπόφανσις emerge em *An. Pos.* como candidata mais promissora, numa discussão sobre a aquisição de conhecimento, a definição de raciocínio dedutivo e seus componentes e a definição de prova. Ou seja, uma vez que em *An. Pos.* 71a 1-10 há vários usos de vocábulos que poderiam ser empregados para nomear o enunciado predicativo, Aristóteles avança o termo ἀπόφανσις como melhor alternativa, por evitar confusões:

uma declaração (ἀπόφανσις) é uma parte de um par contraditório. Um par contraditório é um par de opostos dentre os quais, por si sós, não há nada. A parte de um par contraditório que diz algo sobre algo é uma afirmação (κατάφασις); a parte que tira algo de algo é uma negação (ἀπόφασις) (*An.Pos.* 71a 11)¹⁰.

Como usual em Aristóteles, a definição de um conceito recorre a novos conceitos, não menos complicados do que o primeiro. Assim, aqui o estagirita está

10 Essa tradução deve muito à versão de Barnes, 2002.

a nos dizer que, no que diz respeito aos enunciados nos quais pode haver contradição (ou seja, que podem ser uns, por um lado, afirmativos; outros, por outro lado, negativos), cada parte em contradição (ou seja, tanto a parte afirmativa quanto a negativa) é uma declaração/ἀπόφανσις. Isto corrobora aquilo que já dissemos alhures: que tanto “S é P” (afirmativa) quanto “S é não-P” (privativa-negativa) são tipos de constatativos, ou seja, de declarativos/ἀποφάνσεις.

Talvez a explicação acima dê a entender que o sentido aristotélico de “declaração” opere meramente por uma fórmula que estabelece a relação estritamente linguística entre sujeito e predicado, articulados por um verbo. Nesse caso, isso talvez não baste para chamarmos a ἀπόφανσις de constatativo, para além de uma simples declaração, entendida tão somente como um enunciado “S é P”.

Assim, devemos salientar que, além de atender à fórmula “S é P”, a ἀπόφανσις é concebida por Aristóteles como enunciado com pretensões de verdade acerca dos objetos que compõem o enunciado expresso pela fórmula. E mais, tendo em vista a noção aristotélica de verdade, um enunciado predicativo/demonstrativo não enuncia algo verdadeiro definido somente por critérios intralinguísticos (por exemplo, seu estrito papel numa cadeia de raciocínios), mas definido por sua objetividade, sobretudo. Ou seja, um enunciado demonstrativo, que atenda às regras sintáticas que regulam a combinação dos termos numa fórmula “S é P”, tem sua verdade aferida não pelo mero atendimento à fórmula, mas pela comparação daquilo dito por meio do enunciado com o estado de coisas ao qual ele se reporta. Isto é, o enunciado declarativo deve corresponder à realidade, constatando-a.

Eis então que, mais do que dizer respeito a uma fórmula específica, a ἀπόφανσις é declarativa por declarar um estado de coisas, daí, se este enunciado apresentar o estado de coisas, ele é verdadeiro, do contrário, é falso:

... a teoria da predicação é uma teoria a respeito das regras pelas quais a linguagem, em seu domínio declarativo ou apofântico, pode satisfazer plenamente sua função, qual seja, reportar-se objetivamente ao mundo e oferecer-nos constatações fidedignas a respeito dos fatos e situações nele presentes. Assim, a teoria da predicação envolve uma teoria semântica, que busca delimitar as regras e condições pelas quais os termos, combinados nas proposições, podem objetivamente remeter a situações verificáveis no mundo e, por isso, precisamente, podemos dizer que ela se apresenta, ao mesmo tempo, como uma ontologia: a teoria da predicação é uma teoria a respeito das correlações entre, de um lado, as estruturas objetivas pelas quais as coisas se dão no mundo e, de outro, as estruturas lógico-linguísticas pelas quais pretendemos constatar-las e remeter a elas. (ANGIONI, 2009, p. 20. Grifo nosso).

Apesar do estilo simples e direto, a passagem de Angioni acima nada de simples tem, ainda mais em relação ao nosso tema aqui. Dela devemos então, para prosseguirmos, reter o seguinte:

- 1- a ἀπόφανσις é um declarativo nos sentidos: a- possui estrutura “S é P”; b- constata um estado de coisas;
- 2- a teoria da predicação, domínio que trata da ἀπόφανσις, é, por conseguinte: a- uma teoria das regras de boa formação de enunciados com a estrutura “S é P”; b- é uma teoria sobre como reportar-se a um estado de coisas;
- 3- portanto, é uma teoria que tem um componente linguístico (a); e outro ontoepistemológico (b);
- 4- neste sentido, “verdade” e “falsidade” são valores atribuídos às proposições quando comparadas ao estado de coisas que elas descrevem.

Agora, considerando 1-4 acima, quanto ao cético pirrônico em seu *design* sextiano, ele:

¬1- evita usar ἀπόφανσις, ou seja, evita os constataivos;

¬2- isto significa que ele: a- não adere a nenhuma teoria sobre a boa formação de enunciados; b- não se reporta a um estado de coisas *qua* substrato/subsistente para além do modo como as coisas lhe (a)parecem;

¬3- portanto, não possui pretensões constatativas nem em âmbito estritamente linguístico, nem em âmbito ontoepistemológico;

¬4- donde, não afirma que proferimentos são “verdadeiros” ou “falsos”, tampouco afirma sobre os estados de coisas que lhes dizem respeito, fazendo com que seu discurso não possa ser ele próprio valorado¹¹.

Referências:

- ANGIONI, L. (2008). *As noções aristotélicas de substância e essência*. Campinas: Editora UNICAMP.
- _____. (2009). *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*. Campinas: Editora UNICAMP.
- ARENS, H. (ed.) (1984). *Aristotle's theory of language and its tradition: texts from 500 to 1750*. Philadelphia: John Benjamins.
- Aristóteles. *The Complete Works of Aristotle*. The Revised Oxford Translation. BARNES, J (ed.), 2 vols. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (1933). *Aristotle in 23 Volumes, translated by Hugh Tredennick*. In: *Loeb Classical Library*. Cambridge: HUP.
- _____. (1944). *Aristotle in 23 Volumes, Vol. 21, translated by H. Rackham*. In: *Loeb Classical Library*. Cambridge: HUP.
- _____. (1926). *Aristotle in 23 Volumes, Vol. 22, translated by J. H. Freese*. In: *Loeb Classical Library*. Cambridge: HUP.
- _____. (2015). *Poética*. PINHEIRO, P (trad.). São Paulo: Editora 34.
- _____. (2005). *Metafísica*. REALE, G. (trad.). São Paulo: Loyola.
- _____. (2006). *Da alma*. REIS, M. C. G. (trad.). São Paulo: Editora 34.
- _____. (2014). *As categorias*. COELHO, F. (org. & trad.). Florianópolis: Editora UFSC.
- _____. (2018). *Categorias*. MATA, J. V. T. (trad.). São Paulo: EdUNESP.
- _____. (2002). *Catégories*. LALLOT, J.; ILDEFONSE, F. (trad.). Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2002). *Posterior Analytics*. BARNES, J. (trad.). Oxford: Clarendon Press.
- _____. (2013). *Da interpretação*. DA MATA, J. V. T. (trad.). São Paulo: EdUNESP.
- BERTI, E. (2012). *Estrutura e significado da Metafísica de Aristóteles*. BORTOLONI, J. (trad.). São Paulo: Paulus.

11As etapas ¬1 a ¬4 são os pilares de uma concepção suburbana de ceticismo pirrônico que pode ser vista em BRITO, 2022 e BRITO, 2021.

- BRITO, R. P. (2022). *Notes on the Skeptical Dynamis and its Pragmatical Possibilities*. Amsterdã: Springer.
- _____. (2021). Esbozos Suburbanos (ni Rústicos ni Urbanos). In: ORNELAS, J. (org.). *Rústicos versus Urbanos. Disputas em torno a la interpretación del Escepticismo Pirrónico*. Cidade do México: Universidad Autónoma de México.
- BURNYEAT, M. (2001). *A Map of Metaphysics Zeta*. California: Mathesis Publications Inc.
- DESCARTES, R. (2018). *Meditações sobre filosofia primeira*. Campinas: Editora UNICAMP.
- MOORE, G. E. (1985). *Col. Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- NEVES, M. H. M. (2004). *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Editora UNESP.
- SEXTO EMPÍRICO. (2006). *Complete Works*, 4 vols. BURY, R. G. (trad.). In: *Loeb Classical Library*. Cambridge: HUP.
- _____. (2000). *Outlines of Scepticism*. ANNAS, J.; BARNES, J. (eds.) Cambridge: CUP.
- WITTGENSTEIN, L. (2020). *Da certeza*. COSTA, M. E. (trad.). Lisboa: Edições 70.